

O círculo vicioso do crédito

17 de maio de 2004

Mais uma reunião do COPOM à vista. Enquanto escrevo este texto, discute-se a chance de que o juro básico permaneça em 16%aa ou caia para 15,75%aa. Reclamações de diversos setores sobre o nível da taxa, que nos torna pouco competitivos em todo o mundo. Controvérsia entre analistas quanto ao peso da taxa de juros frente a outros obstáculos aos negócios, como o volume de impostos e a falta de infra-estrutura.

Mas... até que ponto é o juro básico a causa de taxas tão altas no resto da economia? Para volumes muito grandes, das empresas que têm algum acesso ao mercado internacional, se não emitindo diretamente ao menos contando com linhas de crédito de exportação e importação, o risco Brasil é o mais importante. Para o resto da economia, a realidade parece estar bem longe dos juros básicos do Governo.

Consumidores, que afinal respondem pela demanda, encontram taxas da ordem de 100%aa no cheque especial (em alguns casos, até 200%aa), mais ou menos o mesmo nível no crédito pessoal e de cerca de 200%aa nos cartões de crédito. Empresas médias não estão muito melhor: algumas mais favorecidas conseguem juros de 40% ou 50%aa, mas muitas amargam juros equivalentes aos de pessoas físicas.

Certamente não é o juro básico do Banco Central, a SELIC, a causa de um custo tão alto para o crédito. Também não é o esforço de captação. Junto aos depositantes, a taxa paga pelos bancos não é significativamente maior do que os 16% que o próprio Governo paga. Muitas vezes é menor. Os vilões, na verdade, são três: os impostos sobre o crédito, o custo do inadimplemento e o enorme lucro das instituições financeiras. Quero aqui discutir estes dois últimos.

Falar de quanto as instituições financeiras ganham no Brasil é lugar-comum. Enquanto nossa economia se arrasta, os bancos batem sucessivos recordes de rentabilidade. Contudo, esse nível tão alto de ganhos está muito fortemente relacionado à própria qualidade do crédito. Por incrível que pareça, a má qualidade do crédito não chega a ser má notícia para os bancos!

Vamos olhar mais de perto. Existe no mercado de crédito, principalmente no varejo, um fenômeno que o economista chama de "seleção adversa". Quando concede um crédito, o banco nunca sabe verdadeiramente qual a qualidade do cliente. Isso é particularmente forte no varejo. Os bancos de atacado, ao contrário, possuem análises bastante detalhadas da saúde e do caráter de seus clientes, mas não é exagero dizer que uma aprovação de linhas de crédito para uma grande empresa é um processo que pode custar ao banco algo entre R\$10 mil e R\$20 mil, talvez até mais em alguns casos. Naturalmente, esse custo só se justifica se o volume de negócios esperado com aquela empresa for muito grande. Para os pequenos, valem análises superficiais e controles estatísticos.

Como isso afeta o cliente? Uma parte dos juros que o banco cobra serve para compensar as perdas com crédito. Se ele julgar, por exemplo, que 5% dos empréstimos não serão pagos, precisará cobrar esses 5% dos demais clientes ou seu negócio não será sustentável. Cobra de todos, mas naturalmente apenas os que se revelam bons é que pagam. Pagam pelos ruins. Quando o banco supõe que suas

perdas aumentarão, precisa aumentar o que cobra dos clientes. Aumentando a taxa, os melhores começam a sentir que o crédito ficou muito caro e resolvem não tomar mais emprestado. O que acontece com o banco? Perde os clientes melhores e, com os que sobraram, aumenta suas perdas. Ironicamente, justifica sua decisão de cobrar mais, porque realmente perdeu mais! Isto é a seleção adversa: o mecanismo de proteção é parte do problema, porque faz com que o banco selecione os piores!

Agora voltemos ao lucro dos bancos. Se é tão alto, é porque em primeiro lugar não dependem tanto assim do crédito. Preste atenção às propagandas: a ênfase está sempre na sua posição de aplicador. Você pode aplicar em fundos variados, mas que em última instância financia os títulos do Governo. Já o crédito dá uma contribuição menor ao lucro das instituições.

E por que essa contribuição não aumenta? Porque para aumentar seria necessário cobrar juros menores para estimular os clientes. Isto significaria reservar uma folga menor para as possíveis perdas, o que somente se justificaria se os bancos pudessem obter melhores informações de crédito e pudessem executar mais facilmente as garantias no caso do inadimplemento. Sem essas condições, preferem ficar onde estão: pouco crédito, qualidade média sofrível, mais do que compensada por juros estratosféricos. Sabem que o custo de melhorar as informações que recebem dos novos clientes não compensa a perda de receita cobrando juros mais baixos daqueles que já estão lá.

Não adianta tabelar os juros. Já fizemos isso no passado com péssimos resultados. Ninguém teve sucesso com esse tipo de medida no mundo. Também não adiantou abrir o mercado. Os bancos estrangeiros que vieram ao Brasil se dividiram entre os que amargaram perdas e os que se adaptaram à prática nacional. A situação só mudará se as instituições tiverem um incentivo econômico para mudar. Isso significa que conceder crédito deve ser mais atrativo, ao mesmo tempo em que as outras alternativas de negócios não podem ser tão atrativas assim.

Os bancos precisam, por um lado, de custos mais baixos para administrar o crédito. Isso tem a ver com o custo de obtenção de informações cadastrais (como por exemplo o cadastro positivo, que informa quem é bom cliente em outras instituições). Tem ainda a ver com custos mais baixos de execução de garantias, para reduzir suas perdas com os créditos novos. Impostos também influenciam, porque fazem parte do custo.

Por outro lado, é preciso que as outras alternativas também não sejam tão boas assim. Enquanto os bancos continuarem ganhando muito para financiar os títulos do Governo colocando-os indiretamente nas mãos de investidores, não terão muito interesse em fazer uma outra coisa mais trabalhosa e arriscada, como emprestar dinheiro!

Assim, ao mesmo tempo em que o Governo estuda meios de baratear o processo de crédito, é necessário que desenvolva mecanismos de desintermediação, isto é, que ande mais depressa o seu projeto de colocar títulos públicos diretamente junto aos investidores através da bolsa de valores. Reduzida a facilidade atual, os bancos ficariam mais criativos na ponta do crédito.